DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO MPA

Contribuições para o debate

Raul Amorim, Maria Jesus, Gabriel Laurindo, Matheus Quevedo, Taise Silva

Introdução

"Homens e mulheres a colher um tempo novo,
novas gerações no cultivo da igualdade,
com diversidade, entender o todo,
segue em frente nosso povo,
passo a passo à liberdade!"

Falar sobre diversidade sexual e de gênero no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é falar sobre a realidade do **campesinato** — entendido como o conjunto de homens e mulheres que vivem da produção e da reprodução da vida a partir da natureza, nos campos, águas e florestas, em relações de trabalho, de solidariedade e de cuidado que se contrapõem à lógica predatória e exploratória do capital e do agronegócio. Essa realidade, no entanto, não é homogênea. No interior das comunidades camponesas existem sujeitos historicamente invisibilizados, silenciados ou estigmatizados, entre eles as pessoas LGBTI+. Reconhecer sua existência não é incorporar um "novo tema" ao movimento, mas aprofundar a compreensão sobre quem compõe, de fato, a classe trabalhadora camponesa.

O debate da diversidade sexual e de gênero no MPA surge a partir de provocações internas, especialmente no Congresso Nacional de 2015, quando juventude e o coletivo de gênero passaram a discutir a presença e as demandas de sujeitos LGBTI+ no campo. Essa entrada é parte do movimento de reconhecer que a **luta por uma sociedade justa e socialista exige romper com todas as formas de opressão que estruturam o capitalismo**, como a exploração de classe, o racismo, o patriarcado e suas expressões, como a LGBTIfobia. Desde então, vem se afirmando não como uma pauta isolada, mas como parte das contradições vividas no cotidiano dos territórios e da necessidade de construção de novas relações sociais.

Para compreender essas contradições, é necessário situar a formação histórica do campesinato brasileiro no contexto da América Latina. A **colonização** significou a expropriação dos territórios, mas também a imposição de formas específicas de organização da vida, do trabalho e das relações sociais. Entre elas, a **naturalização de papéis rígidos de gênero** — a ideia de homens como sujeitos do domínio

e da autoridade, e mulheres da submissão e do cuidado — que serviram como instrumentos de controle e dominação. Esse processo buscou apagar formas diversas de viver a sexualidade e o gênero que existiam entre povos originários e populações negras escravizadas, ao mesmo tempo em que estruturou uma ordem social funcional à exploração. A violência contra pessoas LGBTI+, nesse sentido, é parte de uma herança histórica que contribui para fragmentar a classe trabalhadora e enfraquecer suas formas de organização.

No presente, **o campesinato brasileiro segue marcado por determinações estruturais que organizam as desigualdades**, como a divisão sexual do trabalho, a concentração da propriedade da terra, o racismo e o patriarcado. Essas dimensões atuam de forma articulada ao modo de produção capitalista, incidindo diretamente sobre as condições de vida, trabalho e permanência nos territórios.

A partir dessa base histórica, uma perspectiva marxista nos permite compreender como essas estruturas operam concretamente. As opressões contra pessoas LGBTI+ no campo não são fenômenos isolados nem culturais; elas se articulam às formas históricas de organização da sociedade, estando diretamente relacionadas ao **modo de produção capitalista** e às estruturas que garantem sua reprodução, como o **patriarcado**, o **racismo** e a **divisão sexual do trabalho**. Essas estruturas operam na organização da vida social, na definição de papéis, na definição social do que é considerado legítimo, produtivo e aceitável, contribuindo para a manutenção das desigualdades e da exploração.

No campesinato, essas determinações assumem formas específicas. A imposição de um modelo de família, de divisão do trabalho e de comportamento considerado "normal" produz violência e exclusão, e interfere diretamente nas **condições de permanência no território, na sucessão camponesa e na reprodução da vida**. A LGBTIfobia, nesse sentido, é um mecanismo que fragmenta a classe, enfraquece os laços comunitários e contribui para a expulsão de sujeitos dos campos, águas e florestas.

O **Plano Camponês**, enquanto projeto estratégico de soberania alimentar e construção do poder popular, tem na **reprodução da vida seu eixo central**. Isso implica transformar a base produtiva e construir novas relações sociais que superem as múltiplas formas de opressão. Nesse sentido, a luta pela diversidade sexual e de gênero não se coloca como um elemento externo ou secundário, mas como parte constitutiva da construção de um projeto popular para o campo.

Reconhecer, acolher e organizar a diversidade presente no campesinato é uma tarefa política. É condição para fortalecer a unidade da classe trabalhadora, garantir a permanência das novas gerações no campo e avançar na construção de uma sociedade que garanta condições dignas de vida nos campos, águas e florestas, livre de todas as formas de exploração e opressão.

Gênero e sexualidade

E o que significa falar em gênero e sexualidade dentro do nosso projeto revolucionário?

Ao longo da construção do MPA afirmamos o campesinato e o horizonte da luta revolucionária de caráter socialista. **O projeto que defendemos coloca a urgente tarefa de construir as novas relações**. Novas relações com os meios de produção, novas relações com a natureza e novas relações humanas. Portanto, **estas novas relações devem começar a ser construídas hoje, com expressão prática cotidiana.** O hino de nosso Movimento sinaliza de forma bastante bonita essa compreensão: *"homens e mulheres a colher um tempo novo, novas gerações, o cultivo da igualdade, com diversidade entender o todo..."*. Afirmamos que na nossa marcha todas as pessoas, mais do que bem-vindas, são necessárias à nossa luta. Nesse sentido, **compreender gênero e sexualidade é entender como a sociedade organiza os sujeitos, os papéis sociais, o trabalho e os afetos**, e como essa organização impacta diretamente a vida das pessoas nos campos, águas e florestas.

Com base nessas definições, é importante destacar que o **gênero não é algo natural ou imutável, mas construído historicamente**. Ele está diretamente ligado à forma como o trabalho é organizado, à divisão de tarefas entre homens e mulheres e à estrutura da família. Essas relações cumprem funções na manutenção da vida social e também na reprodução das desigualdades. A **sexualidade**, por sua vez, diz respeito às formas como os sujeitos vivenciam seus afetos e desejos. A orientação sexual e a identidade de gênero expressam parte dessa diversidade humana, que não é externa à sociedade, mas produzida e vivida em seu interior.

No campesinato, essas dimensões assumem formas concretas. A definição do que é considerado "normal" ou "aceitável" está diretamente relacionada à **organização do trabalho**, da família e da vida comunitária. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, atribui funções específicas a homens e mulheres, muitas vezes invisibilizando o trabalho das mulheres e excluindo ou marginalizando aqueles que não se encaixam nesses padrões.

É nesse contexto que se expressa a **diversidade de experiências**. Existem pessoas que se relacionam afetivamente com pessoas do mesmo gênero, com mais de um gênero ou com o gênero oposto. Existem também pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao que lhes foi atribuído ao nascer, assim como aquelas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher. Essas experiências fazem parte da realidade social e também estão presentes no campesinato.

Ao longo do tempo, esses sujeitos compreenderam que as violências que sofrem possuem raízes comuns e passaram a se organizar coletivamente. **A sigla LGBTI+ expressa a unidade na diversidade**, reunindo diferentes experiências de orientação sexual, identidade de gênero e variações corporais. No âmbito da **Via Campesina** e do MPA, adotamos essa sigla como forma de afirmar a existência desses sujeitos nos campos, águas e florestas e de fortalecer sua organização a partir de uma perspectiva de

luta de classes. Isso significa compreender que as opressões vividas por pessoas LGBTI+ não podem ser tratadas de forma isolada, mas como parte das estruturas que sustentam o capitalismo, como o patriarcado e o racismo. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o **enfrentamento dessas opressões exige unidade política**. Por isso, nossa abordagem busca evitar a fragmentação excessiva e reafirmar que homens e mulheres da classe trabalhadora — cis ou trans, heterossexuais ou LGBTI+ — compartilham um mesmo projeto de transformação social.

Para fortalecer esse debate na base do movimento, apresentamos a seguir algumas definições fundamentais.

1. **Conceitos gerais**
   - **Sexo:** refere-se às características biológicas dos corpos, como anatomia e fisiologia.
   - **Gênero:** diz respeito à forma como a sociedade organiza, historicamente, os papéis, comportamentos e expectativas atribuídos a homens e mulheres.
   - **Identidade de gênero:** é a forma como cada pessoa se reconhece e se posiciona socialmente em relação ao gênero.
   - **Sexualidade:** refere-se à forma como as pessoas vivenciam seus afetos, desejos e relações.
   - **Orientação sexual:** diz respeito à direção da atração afetiva e/ou sexual.

2. **Orientações sexuais**
   - **Heterossexual:** pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente com pessoas de outro gênero.
   - **Homossexual:** pessoa que se relaciona com pessoas do mesmo gênero.
   - **Lésbica:** mulher que se relaciona com outras mulheres.
   - **Gay:** homem que se relaciona com outros homens.
   - **Bissexual:** pessoa que se relaciona com mais de um gênero.

3. **Identidades de gênero**
   - **Cisgênero:** pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao que lhe foi atribuído ao nascer.
   - **Transgênero / Transexual:** pessoa cuja identidade de gênero não corresponde ao que lhe foi atribuído ao nascer.
   - **Travesti:** identidade de gênero latino-americana, historicamente construída, que expressa vivências femininas ou dissidentes da norma masculina.
   - **Não-binário:** pessoa que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher.

4. **Outras variações corporais**

- **Intersexo:** pessoa que nasce com características biológicas que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino.

5. **A sigla LGBTI+**
   - **L (Lésbicas):** mulheres que se relacionam com outras mulheres.
   - **G (Gays):** homens que se relacionam com outros homens.
   - **B (Bissexuais):** pessoas que se relacionam com mais de um gênero.
   - **T (Trans):** pessoas cuja identidade de gênero difere daquela atribuída ao nascer (inclui transexuais, transgêneros e travestis).
   - **I (Intersexo):** pessoas com variações nas características biológicas do sexo.
   - **+ (mais):** originalmente inserido como parte da luta contra a HIV/AIDS dos anos 1980 a 2000, representa outras expressões de gênero e sexualidade, bem como a diversidade histórica das lutas.

Divisão sexual do trabalho

Para compreender como as relações de gênero e sexualidade se materializam no cotidiano dos territórios, é fundamental olhar para a **divisão sexual do trabalho no campesinato**.

Nos campos, águas e florestas, a **organização do trabalho não é neutra**. Ela é estruturada historicamente por relações patriarcais que atribuem papéis distintos a homens e mulheres, associando aos **homens as atividades produtivas com maior reconhecimento social e poder de decisão**, enquanto às **mulheres são destinadas, em grande medida, as tarefas de cuidado, reprodução social e trabalho doméstico** — frequentemente invisibilizadas e não remuneradas. Esse arranjo sustenta a exploração da força de trabalho, e estabelece um modelo considerado "normal" de organização da vida, da família e dos papéis de gênero. **É a partir dessa norma que se produzem mecanismos de exclusão e violência** contra aqueles que não se encaixam nesses padrões, entre eles as pessoas LGBTI+.

No coração do Plano Camponês está a reprodução da vida. O trabalho de cuidado, historicamente concentrado nas mulheres, é o que sustenta a produção e a continuidade da vida camponesa. No entanto, quando esse trabalho é invisibilizado e desvalorizado, ele se torna também um espaço de reprodução de desigualdades.

Para **pessoas LGBTI+**, essa estrutura impõe barreiras adicionais. Ao romperem com o modelo de família tradicional e com os papéis de gênero estabelecidos, muitas vezes são **excluídas dos circuitos de afeto, trabalho e sustento no território**. Isso se expressa em dificuldades de acesso à terra, à renda e à participação comunitária, comprometendo sua permanência nos campos, águas e florestas. Esses processos podem levar à expulsão — seja por meio da violência direta, seja pela negação de condições materiais de existência —, empurrando esses sujeitos para contextos de precarização do trabalho, migração forçada ou inserção em atividades informais e instáveis.

Embora as expressões da violência contra sujeitos LGBTI+ possam variar entre o asfalto e a roça, sendo no campo muitas vezes marcada pelo isolamento, a raiz é a mesma. **A LGBTIfobia no campo visa impedir que o campesinato se reconheça em sua diversidade.** Reafirmar a centralidade camponesa do nosso debate é dizer que não há soberania alimentar plena enquanto nossos sujeitos não puderem produzir e viver com dignidade em seus territórios.

Sucessão camponesa e desafios geracionais

A sucessão é uma preocupação de cada família camponesa, pois envolve a continuidade da produção agrícola e do modo de vida nos campos, águas e florestas. Quantas famílias não confessam, em reuniões e prosas, que têm medo de que depois que partirem a terra ficar parada, ser vendida, a luta de uma vida apagada e os descendentes terem que migrar para a cidade em busca das tais "melhores condições de vida"?

No centro dessa questão está o **êxodo da juventude camponesa**, impulsionado por um conjunto de fatores estruturais: a baixa renda e a instabilidade do trabalho camponês, o desmonte de políticas públicas, a precariedade ou ausência de escolas e serviços de saúde, a falta de acesso à cultura e lazer e o isolamento social nos territórios. Esses elementos não apenas dificultam a permanência no campo, como também **enfraquecem a perspectiva de futuro para as novas gerações**.

Nesse contexto de **insegurança**, a família camponesa, organizada historicamente sob bases patriarcais, tende a reforçar padrões considerados "tradicionais" como forma de garantir sua reprodução. É nesse movimento que tudo aquilo que tensiona esse modelo — incluindo as vivências de pessoas LGBTI+ — pode ser percebido como ameaça, gerando **processos de rejeição, silenciamento ou violência.** Não se trata apenas de preconceito individual, mas de uma resposta social enraizada na forma como se organiza a produção, a família e a vida comunitária. **Essa dinâmica limita o direito de pessoas LGBTI+ de permanecer no território**, contribuindo para sua exclusão e para processos de migração forçada. Muitos desses sujeitos acabam sendo empurrados para as periferias urbanas, onde enfrentam condições de trabalho precarizadas, violência, isolamento social e adoecimento.

E cabe aqui destacar que **a pauta LGBTI+ não é uma demanda restrita à juventude camponesa.** Historicamente, gerações de sujeitos amadureceram e envelheceram nos territórios sem poder falar sobre sua orientação sexual e identidade de gênero com medo da violência que poderiam sofrer, ou que sofreram. A invisibilidade desses camponeses e camponesas adultos e idosos revela que o patriarcado não apenas expulsa quem sai, mas impõe o apagamento existencial de quem escolheu ou precisou ficar.

Diante disso, a sucessão camponesa não pode ser tratada apenas como um problema dos jovens ou produtivo. Trata-se de um **projeto político que envolve garantir condições reais de permanência, vida digna e participação para todos os sujeitos do campo**. Incorporar a diversidade sexual e de gênero nesse debate significa afirmar que só haverá continuidade do campesinato com o reconhecimento pleno de sua própria diversidade. A sucessão, nesse sentido, deve ser construída como um processo de acolhimento e organização, baseado na liberdade, na solidariedade de classe e na superação das relações de opressão.

Fortalecer a permanência das novas gerações no campo exige, portanto, **enfrentar as condições materiais que expulsam e as relações sociais que excluem**. É nesse caminho que se torna possível garantir a reprodução da vida camponesa, a soberania alimentar e a construção do poder popular.

Religião, conservadorismo e disputa de narrativas

A religiosidade é parte profunda da identidade camponesa. A natureza é permeada pelo sagrado e pelo mistério, e a relação do camponês com a vida em sua diversidade no solo, nos campos, nas águas e nas florestas faz com que a crença seja uma segurança e um meio de manter o senso de comunidade em meio aos desafios do dia a dia. **Disputar o sentido da fé e celebrar a diversidade religiosa é resgatar uma espiritualidade que liberta, em vez de oprimir.**

O conservadorismo presente nos campos, águas e florestas não é uma realidade natural ou imutável: é resultado da destruição dos modos de vida camponeses, da concentração fundiária, da expropriação cultural, da precarização das condições de trabalho e da fragilização das formas coletivas de organização. Ele funciona como um "escudo" diante das incertezas, oferecendo respostas simples para problemas complexos. Nesse cenário, valores conservadores podem se fortalecer como formas de dar estabilidade e sentido à vida social, mas também são produzidos e difundidos por instituições e projetos políticos que disputam a consciência da classe trabalhadora.

O **Cristianismo** — nas suas múltiplas denominações — desempenha papel central nesse processo, pois para além de sua origem histórica ligada à colonização, sua presença atual está enraizada na organização da vida comunitária e no estabelecimento de normas morais que reforçam a divisão sexual do trabalho e o controle sobre o que é certo ou errado.

Na crença cristã, temos duas grandes vertentes de compreensão da fé, opostas, que estão em disputa e moldam o tecido social nos territórios: a teologia da libertação e a teologia conservadora. A **teologia da libertação** foi, historicamente, uma expressão do cristianismo comprometida com a justiça social, a leitura crítica da realidade e a opção preferencial pelos pobres. Nos campos, águas e florestas, ela inspirou comunidades eclesiais de base, alfabetização popular e organização política. Em contraposição, temos o conservadorismo cristão, que em suas diversas frentes se enraíza nos territórios de maneira controladora. Entre elas, a **teologia da prosperidade**, difundida pelo neopentecostalismo, associa fé e sucesso econômico, individualizando responsabilidades e enfraquecendo a noção de organização coletiva. Essa mudança impacta diretamente a coesão social e reduz a força de projetos comunitários de transformação.

Nesse campo de disputa, o **moralismo sexual** se consolida como um dos principais mecanismos de controle social em determinadas interpretações e práticas. Em diferentes contextos religiosos, ainda que com intensidades e sentidos distintos, ele atua definindo o que é considerado família, comportamento legítimo e vida "correta", estabelecendo fronteiras entre o aceitável e o condenável. Em sua expressão mais conservadora, esse moralismo produz a culpabilização de sujeitos e comunidades, associando problemas sociais e familiares à presença ou existência de pessoas LGBTI+. Trata-se de um

mecanismo ideológico que reforça a exclusão, restringe a diversidade de experiências e limita a participação plena desses sujeitos na vida comunitária.

Numa outra perspectiva, as **religiões de matriz africana foram, historicamente, territórios de resistência e refúgio** para os sujeitos expulsos das margens da sociedade, oferecendo acolhimento às pessoas LGBTI+ quando as comunidades lhes negavam o direito de pertencer e professar sua fé. Contudo, é preciso encarar com honestidade que esses espaços não são ilhas isoladas da sociedade. Como a estrutura do **patriarcado** afeta todas as relações sociais, ele também **pode infiltrar-se nos terreiros e comunidades de fé de matriz africana**, reproduzindo violências que ferem a dignidade das pessoas, sejam elas LGBTI+ ou não. Reconhecer essa contradição é fundamental para que possamos disputar o sentido da espiritualidade como uma ferramenta de libertação e não de reprodução da violência.

A espiritualidade, no campesinato, pode tanto reforçar relações de dominação quanto contribuir para processos de libertação. Disputar o sentido da fé significa fortalecer práticas e valores que afirmem a dignidade humana, a solidariedade de classe e a diversidade como parte constitutiva da vida nos campos, águas e florestas.

A condição de "crime, pecado e doença"

Ao longo da história, as pessoas LGBTI+ foram enquadradas por três grandes formas de controle social que, embora tenham origens distintas, continuam atuando de maneira combinada na sociedade:

1. **Crime**: em diferentes períodos históricos, relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero foram criminalizadas, permitindo a perseguição, punição e exclusão desses sujeitos dos espaços sociais e comunitários.
2. **Pecado**: no campo religioso, especialmente em vertentes conservadoras, essas vivências passaram a ser associadas à transgressão moral, sendo tratadas como desvios em relação a uma norma considerada "natural" ou "divina". Essa leitura contribuiu para justificar a exclusão, o silenciamento e diferentes formas de violência.
3. **Doença**: no campo médico e científico, por muito tempo, identidades e orientações sexuais dissidentes foram classificadas como transtornos ou patologias. Esse enquadramento legitimou práticas de "correção", muitas vezes violentas, que buscaram normalizar corpos e comportamentos.

Essas três dimensões — jurídico-penal, moral-religiosa e médico-patológica — sustentaram a **desumanização das LGBTI+**, criando um terreno que permite e estimula a violência, o isolamento social, a perseguição, o assassinato, a destruição. Nos campos, águas e florestas, esse processo assume características específicas. A **forte dependência das redes comunitárias para a sobrevivência**, somada à **ausência ou fragilidade de políticas públicas de proteção,** torna mais difícil romper com essas formas de controle. Isso faz com que o enquadramento como "crime, pecado ou doença" tenha efeitos ainda mais intensos, limitando o pertencimento social e a permanência nos territórios.

Reconhecer essa tríade como parte de um processo histórico e social é um passo fundamental para sua superação. Essa estrutura não é apenas compreender a realidade, mas assumir a tarefa de transformá-la coletivamente. Desmontar essas formas de enquadramento significa enfrentar práticas concretas que excluem, silenciam e violentam sujeitos. Criar condições reais de pertencimento exige, portanto, transformar as relações sociais nos territórios, fortalecer a organização coletiva e garantir que todas as pessoas possam viver com dignidade nos campos, águas e florestas.

Múltiplas violências no campesinato

A violência contra pessoas LGBTI+ no campesinato é resultado de um conjunto de relações sociais que produzem, legitimam e reproduzem a exclusão, assumindo diferentes formas que se articulam no cotidiano dos territórios. Essas violências podem se expressar de maneira **física**, por meio de agressões e assassinatos; **psicológica**, através de humilhações, ameaças, isolamento social e adoecimento mental; **sexual**, em práticas como abusos e estupros corretivos; **patrimonial**, na negação do acesso à terra, à herança e aos meios de produção; e **simbólica**, pela invisibilização, negação de reconhecimento e silenciamento das identidades.

A LGBTIfobia é a manifestação de ódio, medo ou repúdio contra pessoas LGBTI+, baseada na crença de que apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade são válidas. Ela atua como um mecanismo de controle social que busca corrigir, punir ou eliminar tudo aquilo que não se enquadra na norma dominante. Essa norma é sustentada pela **heterocisnormatividade, que define como único modelo legítimo de vida aquele baseado na heterossexualidade e na correspondência entre sexo atribuído ao nascer e identidade de gênero**.

No campesinato, essas formas de controle assumem características específicas. **A forte dependência das relações comunitárias para a sobrevivência**, somada à **centralidade da família** na organização da produção e da vida social, faz com que a exclusão de um sujeito tenha impactos profundos sobre sua permanência no território. Ao mesmo tempo, a ausência ou fragilidade de políticas públicas de proteção amplia a vulnerabilidade dessas populações.

Nesse sentido, as violências vividas por pessoas LGBTI+ camponesas se expressam em múltiplas dimensões articuladas:

1. **Na condição camponesa**: por meio da marginalização econômica, da dificuldade de acesso à terra, da precarização do trabalho e da ausência de políticas públicas voltadas às suas realidades.
2. **Na diversidade sexual e de gênero**: pela repressão às identidades e expressões dissidentes, que se traduz em silenciamento, exclusão e violência direta.
3. **Nos direitos humanos:** na expulsão do lar, no abandono escolar, na exclusão de espaços comunitários e políticos e na restrição de acesso à saúde, educação e outros direitos básicos.

A subnotificação é um elemento central na reprodução dessas violências. Muitas situações não são denunciadas devido ao medo de represálias, à dependência econômica e social das redes comunitárias e à descrença nas instituições. Além disso, os dados disponíveis raramente consideram a

condição camponesa das vítimas, invisibilizando a dimensão territorial do problema e dificultando a construção de respostas adequadas.

Enfrentar essas múltiplas violências exige ações em diferentes níveis. Passa por processos de formação política, pelo fortalecimento de redes de acolhimento e denúncia, e pela disputa por políticas públicas específicas que considerem a realidade das populações LGBTI+ dos campos, águas e florestas. Nesse sentido, iniciativas institucionais como a **Secretaria Nacional LGBTI+ do Ministério dos Direitos Humanos** podem se constituir como espaços de disputa e construção de políticas. No entanto, sua efetividade depende da organização social e da capacidade de incidência dos movimentos populares, que são fundamentais para transformar demandas em direitos concretos.

Eixos estratégicos para o fortalecimento da luta LGBTI+ no MPA

O GT LGBTI+ compreende que o enfrentamento à LGBTIfobia no campo deve se estruturar a partir de eixos estratégicos articulados, que integram a luta pela diversidade ao projeto político do movimento:

- **Fortalecimento da luta de classes**: o capitalismo se sustenta na exploração do trabalho e na utilização de opressões como o patriarcado e o racismo para fragmentar a classe trabalhadora. O combate à LGBTIfobia, nesse sentido, não é uma pauta isolada, mas parte do enfrentamento estrutural ao capital e às formas de dominação que garantem sua reprodução.

- **Diversidade como estratégia de organização**: reconhecer a diversidade presente no campesinato amplia a capacidade do movimento de compreender a realidade, fortalecer sua base social e construir alianças. Incorporar sujeitos LGBTI+ nas instâncias organizativas não é apenas garantir representatividade, mas construir, desde já, as relações sociais que projetamos para o futuro.

- **Defesa da dignidade humana**: afirmar que não há emancipação possível sem a superação das múltiplas formas de violência e opressão. A defesa da dignidade do campesinato — em sua diversidade — é condição para a permanência nos territórios, para a sucessão camponesa e para a construção da soberania alimentar.

Esses eixos se articulam na construção do poder popular, fortalecendo a organização coletiva e ampliando as bases da luta de classes nos campos, águas e florestas.

Caminhos de ação

O fortalecimento da luta LGBTI+ no campo exige ações organizadas, contínuas e enraizadas nos territórios. Não se trata apenas de reconhecer a diversidade, mas de transformar as relações sociais e garantir condições concretas de existência.

1. **Produção e distribuição de materiais e formação política**

    - Produzir materiais formativos (cartilhas, cadernos, vídeos, podcasts) que dialoguem com a realidade camponesa e articulem classe, gênero, raça e sexualidade.
    - Resgatar e sistematizar histórias de camponeses e camponesas LGBTI+, fortalecendo a memória coletiva e a identidade do movimento.
    - Garantir a presença de símbolos de afirmação da diversidade nos espaços organizativos.
    - Formar dirigentes em todos os níveis, assegurando que o debate chegue às bases e se multiplique nos territórios.

2. **Acolhimento, cuidado e organização interna**

    - Construir protocolos de acolhimento, sigilo e proteção que considerem as especificidades das violências contra pessoas LGBTI+.
    - Formar militantes como referências locais para escuta e acompanhamento.
    - Articular com o coletivo de saúde ações voltadas ao cuidado psicológico e à saúde mental.

3. **Incidência na educação e nos territórios**

    - Atuar com educadores populares na construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade sexual e de gênero.
    - Desenvolver atividades comunitárias que enfrentem preconceitos e fortaleçam o respeito coletivo.
    - Combater iniciativas que busquem censurar ou invisibilizar o debate nos territórios.

4. **Incidência política e articulação com outros movimentos**

    - Participar de redes e espaços LGBTI+ nacionais e internacionais, especialmente na Via Campesina, afirmando a pauta da diversidade camponesa.
    - Incidir na construção de políticas públicas que considerem as especificidades das populações dos campos, águas e florestas, incluindo as demandas de pessoas LGBTI+.

Síntese e horizonte político

Aprofundar o debate sobre diversidade sexual e de gênero no MPA é uma tarefa urgente, pois precisamos avançar nos processos de construção das **novas relações na sociedade e da nova geração camponesa.** As camponesas e camponeses LGBTI+ historicamente vivenciam situações de invisibilidade, exclusão e violência — muitas vezes também no interior de suas comunidades e organizações. Ao mesmo tempo, os processos formativos mais recentes indicam uma abertura crescente para esse debate, tanto nas bases quanto nas direções do movimento. Esse movimento revela que **existem condições reais para avançar na compreensão e transformação** dessas relações.

Incorporar a diversidade como parte do projeto político do campesinato é **fortalecer a consciência de classe e ampliar a capacidade de organização popular.** Um movimento comprometido com a transformação social precisa afirmar, de forma concreta, o combate às opressões como parte de sua prática. Avançar nessa direção é condição para consolidar a sucessão camponesa, garantir a permanência nos territórios e construir o poder popular.

Para o campesinato avançar, LGBTI+ na construção do poder popular!